



SUMÁRIO

CAPÍTULO I – SOCIOLOGIA DO DIREITO	25
1. Introdução à sociologia da administração judiciária	26
1.1. Conceito de administração judiciária	26
1.2. Aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia)	27
1.3. O papel do Conselho Nacional de Justiça na administração judiciária	29
1.4. Gestão	32
1.4.1. Planejamento estratégico	32
1.4.2. Política de Gestão da Inovação no âmbito do Poder Judiciário	43
1.4.3. Boas práticas na administração da justiça	44
2. Relações sociais e relações jurídicas	45
2.1. Noções introdutórias sobre o saber sociológico	45
2.2. O Direito como objeto da sociologia (sociologia jurídica)	47
2.3. O evolucionismo sociológico em Auguste Comte e Herbert Spencer	47
2.4. O materialismo histórico de Karl Marx	49
2.5. A sociologia jurídica em Émile Durkheim e Max Weber	49
2.6. A sociologia da administração em Max Weber	55
2.7. O pensamento de Michel Foucault: direito, poder e verdade jurídica	56
2.7.1. Direito e sociedade disciplinar: o criminoso como inimigo social e o panoptismo	57
2.7.2. O conhecimento como invenção	59
2.7.3. Prática penal e formas de verdade	61
2.8. Controle social e o Direito	65
2.9. Transformações sociais e Direito	72

3.	Direito, Comunicação Social e opinião pública	76
3.1.	Introdução	76
3.2.	O conceito de opinião pública	76
3.3.	A influência da opinião pública na criação e na interpretação das leis	77
3.4.	As relações entre Direito e mídia	81
3.4.1.	Aspectos legais e jurisprudenciais	81
3.4.2.	A liberdade de expressão como direito fundamental: fundamentos e justificativas	89
3.4.3.	Liberdade de expressão, democracia e novas tecnologias na jurisprudência do STF	92
3.5.	Comunicação social: o elo entre o Direito e a opinião pública	94
3.5.1.	Desafios contemporâneos: <i>fake news</i> , judicialização da política e politização da Justiça	94
3.5.2.	Comunicação social do Poder Judiciário	94
4.	Conflitos sociais e mecanismos de resolução	100
4.1.	Jurisdição: aspectos gerais e conceito	100
4.2.	Sistemas de composição de conflitos	102
4.2.1.	Justiça multiportas	102
4.2.2.	Autotutela	105
4.2.3.	Autocomposição entre particulares	107
4.2.4.	Autocomposição envolvendo pessoas de direito público	111
4.2.5.	Heterocomposição	112
5.	Tópicos especiais de sociologia jurídica	115
5.1.	O Direito como ciência	115
5.2.	O Direito como ideologia	117
5.3.	Direito estatal e extraestatal	119
5.4.	A função simbólica do Direito	123
5.5.	O acesso à justiça	124
6.	Questões de concurso	128
CAPÍTULO II – PSICOLOGIA JURÍDICA		141
1.	A psicologia como ciência: estado atual	142
1.1.	Introdução	142
1.2.	As diversas direções metodológicas de psicologia	142
2.	A psicologia jurídica e a personalidade humana	148
3.	O inconsciente e a estrutura do psiquismo	153
3.1.	As contribuições de Sigmund Freud	153
3.2.	O pensamento de Carl Gustav Jung	155

4. Psicologia jurídica: uma breve história e o papel do psicólogo jurídico	158
5. Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia	161
5.1. Aspectos gerais sobre psicologia e comunicação	161
5.2. Relacionamento interpessoal	162
5.3. Relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia	164
6. Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual	166
7. Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos	175
7.1. Introdução à teoria do conflito social	175
7.2. Procedimentos, técnicas, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução alternativa dos conflitos. <i>Rapport</i>	178
7.3. Espirais de conflito, processos destrutivos e construtivos	181
7.4. Justiça Restaurativa e a Resolução CNJ 225/2016	182
7.4.1. Conceito e princípios básicos	183
7.4.2. Diferenças entre Justiça Restaurativa e Justiça Retributiva ..	184
7.4.3. A Resolução CNJ 225/2016	185
7.4.4. Implementação no Brasil	186
7.4.5. Metodologias e técnicas utilizadas	187
7.4.6. O papel dos facilitadores	189
7.4.7. Justiça Restaurativa e grupos vulneráveis	189
8. O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial	192
8.1. A busca pela verdade no processo: uma questão epistemológica	192
8.2. Verdade material/real x verdade formal: uma dualidade superada	194
8.3. As teorias da verdade na epistemologia judicial	198
8.4. O papel do juiz na reconstrução dos fatos	202
8.5. O papel da psicologia na busca pela verdade	203
8.6. Os <i>standards</i> probatórios	204
8.7. O comportamento de partes e testemunhas	207
9. Questões de concurso	212

CAPÍTULO III – ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

219

1. Regime jurídico da magistratura nacional	219
1.1. Carreiras	220
1.2. Ingresso	226
1.3. Promoções	228
1.4. Remoções	240

2.	Direitos e deveres funcionais da magistratura	242
3.	Código de Ética da Magistratura Nacional	255
4.	Os Princípios de Conduta Judicial de Bangalore (ONU)	260
5.	Sistemas de controle interno do Poder Judiciário	267
5.1.	Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	267
5.1.1.	Origem e composição	267
5.1.2.	Principais funções	269
5.1.3.	Poder normativo	271
5.1.4.	Jurisprudência do STF	273
5.2.	Conselhos Superiores	278
5.3.	Corregedorias	283
5.4.	Ouvidorias	290
6.	Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados	292
7.	Administração judicial	304
7.1.	Planejamento estratégico	304
7.2.	Modernização da gestão	309
8.	Recomendação CNJ nº 123/2022: a observância dos tratados e convenções internacionais de direitos humanos e o uso da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos	311
9.	Questões de concurso	313
CAPÍTULO IV – FILOSOFIA DO DIREITO		325
1.	Tipologia dos saberes jurídicos	327
1.1.	Dogmática e zetética jurídica	327
1.2.	Filosofia e teoria geral do Direito	329
2.	O conceito de Justiça	330
2.1.	Sentido <i>lato</i> de Justiça, como valor universal	331
2.1.1.	A origem do termo “justiça” na cosmologia clássica	331
2.1.2.	Justiça geral em Sócrates	333
2.1.3.	Justiça como virtude proeminente em Platão	334
2.1.4.	Justiça geral, justiça distributiva e justiça comutativa em Aristóteles	335
2.2.	Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico-político	338
2.3.	Divergências sobre o conteúdo do conceito	340
3.	O conceito de Direito	343
3.1.	Aspectos gerais: <i>quid ius?</i>	343
3.1.1.	Direito como justiça	346
3.1.2.	Direito como <i>norma agendi</i> (direito objetivo)	347
3.1.3.	Direito como <i>facultas agendi</i> (direito subjetivo)	347
3.1.4.	Direito como sanção	347
3.1.5.	Conceito analítico de Direito	348

3.1.6.	A teoria tridimensional de Miguel Reale	349
3.2.	Jusnaturalismo e positivismo jurídico	350
3.3.	Evolução histórica do fenômeno jurídico	354
3.3.1.	O Direito “arcaico” das sociedades sem escrita	354
3.3.2.	O Direito na Antiguidade clássica	356
3.3.2.1.	Grécia Antiga	356
3.3.2.2.	Roma Antiga	357
3.3.3.	Dogmaticidade na Idade Média	362
3.3.4.	O Direito na Era Moderna	364
3.3.4.1.	Europa continental	364
3.3.4.2.	A particular história do <i>rule of law</i> inglês	367
3.3.5.	Positivização do Direito no século XIX: o positivismo jurídico clássico	370
3.3.5.1.	Pressupostos juspositivistas para a formação do Estado liberal	370
3.3.5.2.	Primeiras subcorrentes do positivismo jurídico: jurisprudência dos conceitos e jurisprudência dos interesses	373
3.3.6.	A história constitucional norte-americana	377
3.3.7.	O desenvolvimento do Estado social	380
3.3.8.	Ciência do Direito na atualidade: pós-positivismo (após a Segunda Guerra, 1945) e jurisprudência dos valores	382
3.4.	O realismo jurídico norte-americano e o escandinavo	386
3.5.	Equidade	389
3.6.	Direito e moral	391
3.6.1.	Teorias diferenciadoras	391
3.6.2.	Julgamento moral e o Direito	397
3.6.3.	O eterno debate entre deontologia e utilitarismo na filosofia moral	402
4.	A interpretação do Direito	404
4.1.	Introdução: hermenêutica x interpretação	404
4.2.	Espécies de interpretação segundo Friedrich Carl von Savigny	406
4.3.	A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo	408
4.4.	O método de interpretação pela lógica do razoável	412
4.5.	Interpretação constitucional, pré-compreensão e capacidades institucionais do intérprete	414
4.6.	A tópica jurídica de Theodor Viehweg e procedimento argumentativo	416
4.7.	Principais métodos da hermenêutica jurídica constitucional: resumo geral	417

5.	A filosofia do direito na história: breves apontamentos	428
5.1.	Filosofia do Direito na Antiguidade	428
5.1.1.	O pensamento pré-socrático e o jusnaturalismo de Heráclito	428
5.1.2.	O relativismo da sofística	429
5.1.3.	O idealismo de Sócrates, Platão e Aristóteles	431
5.1.4.	A ética estoica	433
5.2.	Filosofia do Direito na Idade Média	434
5.2.1.	O pensamento de Santo Agostinho	434
5.2.2.	O pensamento de São Tomás de Aquino	436
5.3.	Filosofia do Direito na Idade Moderna	438
5.3.1.	O pensamento de Thomas Hobbes	438
5.3.2.	O pensamento de John Locke	442
5.3.3.	O pensamento de Rousseau	445
5.3.4.	O pensamento de Immanuel Kant	449
5.4.	Filosofia do Direito na contemporaneidade (pós-Revolução Francesa)	455
5.4.1.	A Escola histórica do Direito e o pensamento de Savigny ...	455
5.4.2.	O pensamento de Karl Marx	457
5.4.3.	O positivismo jurídico de Hans Kelsen	459
5.4.4.	A crítica neojusnaturalista a Kelsen e o positivismo moderado de Norberto Bobbio	465
5.4.5.	O liberalismo igualitário de John Rawls	469
5.4.6.	A teoria dos sistemas de Niklas Luhmann	471
5.4.7.	O positivismo jurídico inglês (Austin e Raz) e a controvérsia entre juspositivismo inclusivo e exclusivo	474
5.4.8.	O debate sobre a superação do positivismo jurídico em Hart e Dworkin	478
5.4.9.	Jeremy Waldron e a “democratic jurisprudence”	485
5.4.10.	O pensamento pós-positivista de Robert Alexy	487
5.4.11.	A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas	491
5.4.12.	As teorias da justiça depois de John Rawls: liberalismo conservador, marxismo analítico, comunitarismo e republicanismo	495
6.	Questões de concurso	500
CAPÍTULO V – TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA		515
1.	Direito objetivo e direito subjetivo	516
2.	Fontes do Direito objetivo	517
2.1.	As contribuições do neoconstitucionalismo	518

2.2.	As críticas de Humberto Ávila ao movimento neoconstitucionalista	522
2.3.	Princípios gerais de Direito	524
2.4.	Jurisprudência	526
2.5.	Súmula vinculante	528
2.6.	A distinção entre regras e princípios em Dworkin, Alexy, Neves e Ávila	531
2.7.	A teoria da derrotabilidade das regras jurídicas	536
3.	Eficácia da lei no tempo	538
3.1.	Conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito brasileiro	539
3.2.	Direito Penal	541
3.3.	Direito Civil	545
3.4.	Direito Constitucional	546
3.5.	Direito do Trabalho	549
4.	O conceito de Política	551
4.1.	Aspectos gerais	551
4.2.	Política e Direito	554
4.2.1.	Disciplina jurídica e poder político	555
4.2.2.	Jurisdição constitucional e judicialização da política	557
4.2.3.	A evolução do conceito de democracia	564
4.2.3.1.	Democracia na Antiguidade	564
4.2.3.2.	Democracia na Idade Média e no Renascimento	565
4.2.3.3.	Democracia na Modernidade	566
4.2.3.4.	Democracia na Era Contemporânea	567
4.2.4.	Os três papéis desempenhados pelas Supremas Cortes nas democracias constitucionais contemporâneas	569
4.3.	Política e ética	571
5.	Ideologias	573
5.1.	Ideologias políticas modernas	574
5.2.	Sentido marxista de ideologia	576
5.3.	Esquerda e direita para Norberto Bobbio	579
5.3.1.	Contestação e sobrevivência da distinção entre direita e esquerda	579
5.3.2.	Critérios de distinção entre direita e esquerda	580
5.3.3.	Igualdade e desigualdade	581
5.3.4.	Liberdade e autoridade	582
6.	A Declaração Universal dos Direitos do Homem	583
7.	Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	587

7.1.	Histórico e origem	587
7.2.	Pilares	589
7.3.	Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	590
7.4.	Fortalecimento da Implementação e a Parceria Global (ODS 17): as responsabilidades comuns, mas diferenciadas	606
7.5.	Acompanhamento e avaliação	608
8.	Gênero, patriarcado e raça	609
8.1.	Gênero na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU)	609
8.2.	Patriarcado e “poder doméstico”	611
8.3.	O “poder patriarcal” na doutrina liberal	615
8.4.	Conceitos básicos: sexo, gênero, identidade de gênero, sexualidade	619
8.5.	Discriminação e desigualdades de gênero	620
8.6.	Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça	623
8.6.1.	Origem	623
8.6.2.	Diretrizes	625
8.6.3.	Guia para magistradas e magistrados (“passo a passo”)	626
8.6.4.	Compilação de casos emblemáticos dos sistemas regional e internacional de proteção de direitos referenciados no Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero	631
9.	Questões de concurso	633
CAPÍTULO VI – DIREITO DIGITAL		647
1.	A 4ª Revolução industrial	648
1.1.	Introdução	648
1.2.	Principais desdobramentos da revolução digital	651
1.3.	Conceitos fundamentais para a compreensão da virada tecnológica	652
1.3.1.	Algoritmos	652
1.3.2.	Inteligência artificial	655
1.3.3.	<i>Machine learning e deep learning</i>	659
1.3.4.	Internet das coisas	661
2.	Transformações tecnológicas no contexto jurídico	662
2.1.	Transformação digital no Poder Judiciário	662
2.1.1.	Automação e transformação do processo	665
2.1.2.	Audiências por videoconferência e telepresenciais	667
2.1.3.	Cortes remotas	671
2.1.4.	O projeto brasileiro de Justiça 4.0	676

2.1.5.	O uso de ferramentas de inteligência artificial pelo sistema de justiça: aspectos gerais	684
2.1.6.	A Resolução CNJ nº 615, de 11 de março de 2025: diretrizes para o desenvolvimento, utilização e governança de soluções desenvolvidas com recursos de inteligência artificial no Poder Judiciário	689
2.1.6.1.	Contexto histórico da regulação da IA no Poder Judiciário brasileiro	689
2.1.6.2.	Fundamentos conceituais	690
2.1.6.3.	Governança e estrutura institucional	691
2.1.6.4.	Proteção de dados e segurança	692
2.1.6.5.	Transparência e prestação de contas	694
2.1.6.6.	Regulação da IA Generativa e Modelos de Linguagem de Larga Escala	695
2.1.6.7.	Supervisão humana e autonomia do magistrado	695
2.1.6.8.	Vedações específicas e categorização de riscos	696
2.1.6.9.	Mecanismos de implementação e adequação	697
2.2.	Ciência de dados, jurimetria e vieses cognitivos	698
2.3.	<i>Blockchain</i> e contratos inteligentes	702
2.4.	Crimes virtuais e cibersegurança. <i>Deep web</i> e <i>dark web</i>	707
2.4.1.	<i>Deep web</i> e <i>dark web</i>	707
2.4.2.	A Política Nacional de Cibersegurança e o Comitê Nacional de Cibersegurança	710
2.5.	Criptomoedas e lavagem de dinheiro	712
3.	LGPD e proteção de dados pessoais	718
3.1.	Introdução	718
3.2.	Âmbito de aplicação	720
3.3.	Conceitos	721
3.4.	Princípios e requisitos para o tratamento de dados	722
3.5.	Tratamento de dados pessoais sensíveis	724
3.6.	Direitos do titular de dados	724
3.7.	Responsabilidade dos agentes de tratamento e segurança de dados	725
3.8.	Segurança, boas práticas e incidentes	726
3.9.	A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e sanções	727
4.	Provas digitais	729
4.1.	Conceitos fundamentais	729
4.1.1.	Endereço de protocolo de internet (endereço IP), <i>domain names</i> e DNS	729

4.1.2. Provedores de conexão à internet	731
4.1.3. Provedores de aplicações de internet	732
4.1.4. Servidores proxy, VPN e rede TOR	733
4.2. O regime processual estabelecido pelo Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014)	735
4.3. Metodologia básica para a produção da prova digital	738
4.4. Busca e apreensão virtual x interceptação de fluxo de dados: distinções necessárias	740
4.5. Busca e apreensão de dispositivos informáticos ou telemáticos, cadeia de custódia da prova, perícia e <i>hashing</i>	741
4.6. Pedidos de preservação de conteúdo	747
5. Questões de concurso	748

CAPÍTULO VII – PRAGMATISMO, ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E ECONOMIA COMPORTAMENTAL 751

1. Função judicial e pragmatismo	752
1.1. Contextualismo	754
1.2. Antifundacionismo	755
1.3. Consequencialismo ou instrumentalismo	756
1.4. Perspectivas alternativas	756
1.5. Crítica	756
2. Conceitos epistemológicos fundamentais	757
2.1. Racionalismo e empirismo	757
2.2. Dialética	758
3. Consequencialismo e utilitarismo	759
4. Análise econômica do direito	763
4.1. Aspectos introdutórios	763
4.1.1. Conceito, escopo e fundamentos	763
4.1.2. História	765
4.1.3. Racionalidade econômica, individualismo metodológico e custos de oportunidade	767
4.1.4. AED positiva e normativa	769
4.1.5. Teoria dos jogos e o dilema dos prisioneiros	771
4.1.6. Economia comportamental	774
4.2. Análise econômica do processo	774
4.2.1. Eficiência processual	774
4.2.2. Acesso à Justiça e os métodos adequados de resolução de conflitos	776
4.2.3. Demandas frívolas e de valor esperado negativo	781
4.2.4. Precedentes, estabilidade da jurisprudência e segurança jurídica	782
4.2.5. Coisa julgada	783

5. Economia comportamental, heurística e vieses cognitivos	784
5.1. Introdução: a “descoberta” dos processos heurísticos	784
5.2. Heurísticas, vieses cognitivos e ruídos na atividade jurisdicional ..	787
5.2.1. A imparcialidade “consciente”	787
5.2.2. A identificação de vieses raciais na atividade jurisdicional: conhecendo o <i>Implicit Association Test</i> (IAT) e outros experi- mentos	789
5.3. A classificação dos vieses cognitivos e sua identificação na atividade jurisdicional	793
5.3.1. A sistematização inaugural proposta por Tversky e Kahne- man	793
5.3.2. Vieses derivados da heurística de representatividade	793
5.3.3. Vieses derivados da heurística de disponibilidade	795
5.3.4. Vieses derivados da heurística de ancoragem e ajustamen- to	797
5.4. Vieses cognitivos particularmente presentes na atividade processual: confirmação, retrospectiva, falácia da conjunção, impossibilidade de esquecimento de provas ilícitas e vieses de decisões sequenciais	799
5.5. Como confrontar os vieses cognitivos no setor público?	802
5.6. <i>Nudges</i> : a arquitetura da escolha	803
6. Governança corporativa e <i>Compliance</i> no Brasil	807
6.1. Introdução: entendendo o sistema de governança corporativa	807
6.2. A governança corporativa no mundo	809
6.3. O modelo de propriedade dispersa	814
6.4. A teoria do agente-principal	815
6.5. O papel da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013)	815
6.5.1. Introdução	815
6.5.2. A responsabilização administrativa na Lei Anticorrupção	820
6.5.3. A responsabilização judicial na Lei Anticorrupção	824
6.5.4. A regulamentação da Lei Anticorrupção	825
6.5.5. Acordos de leniência e programas de integridade (<i>compliance</i>)	828
6.6. <i>Whistleblower</i>	832
7. Questões de concurso	835
VIII – DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO	839
1. Conceitos Fundamentais do Direito da Antidiscriminação	839
1.1. Introdução	839
1.2. Direito da antidiscriminação e direito das minorias. Preconceito e discriminação	841

2.	Modalidades de discriminação	843
2.1.	Discriminação direta e indireta, invisível e inconsciente. Teoria do impacto desproporcional (<i>disparate impact</i>)	844
2.2.	Racismo	846
2.2.1.	Conceito e distinções: racismo e discriminação	846
2.2.2.	Dimensões individualista, institucional e estrutural	847
2.2.3.	Racismo ambiental	852
2.2.4.	Constitucionalismo e racismo: a jurisprudência da Suprema Corte dos Estados Unidos e as <i>Jim Crow laws</i>	853
2.2.5.	O direito à igualdade racial na jurisprudência do STF	860
2.3.	Sexismo	862
2.3.1.	Conceito e dados	862
2.3.2.	O sexismo na filosofia política moderna	864
2.3.3.	O direito das mulheres na jurisprudência do STF	865
2.4.	Intolerância religiosa	867
2.5.	LGBTQIA+fobia	871
2.5.1.	Conceito	871
2.5.2.	Análise da jurisprudência do STF	874
2.6.	Capacitismo	876
2.6.1.	Conceito	876
2.6.2.	Análise da jurisprudência do STF	878
3.	Legislação internacional antidiscriminação	880
4.	Ações afirmativas	886
5.	Direitos dos Povos indígenas e das comunidades tradicionais	890
5.1.	Introdução	890
5.2.	Direitos assegurados na Constituição	891
5.2.1.	Educação e cultura	891
5.2.2.	Direitos territoriais: teoria do indigenato x teoria do fato indígena	893
5.2.3.	Direitos territoriais das comunidades quilombolas	900
5.3.	Análise da jurisprudência do STF	901
5.4.	Direitos assegurados na legislação internacional	904
6.	Direitos das pessoas privadas de liberdade	915
7.	Questões de concurso	917
	BIBLIOGRAFIA	921